



ENTREVISTA DA SEMANA - MAURÍCIO MUNHOZ

“A agropecuária e a exploração florestal devem ser sustentáveis e estar em equilíbrio com o meio ambiente” - Pág. 3



“PADRINHOS SECRETOS”

Vereadores se revoltam com má qualidade de obras e ameaçam denunciar ao Gaeco construtora que atua em Várzea Grande

- Pág. 4



Vereadores da Cidade Industrial querem saber quem são os “fortes padrinhos secretos” que garantem atuação de construtora que realiza obras de qualidade duvidosa no município

REFORMA FISCAL



Mauro Mendes defende transição de 50 anos para mudança na cobrança do ICMS

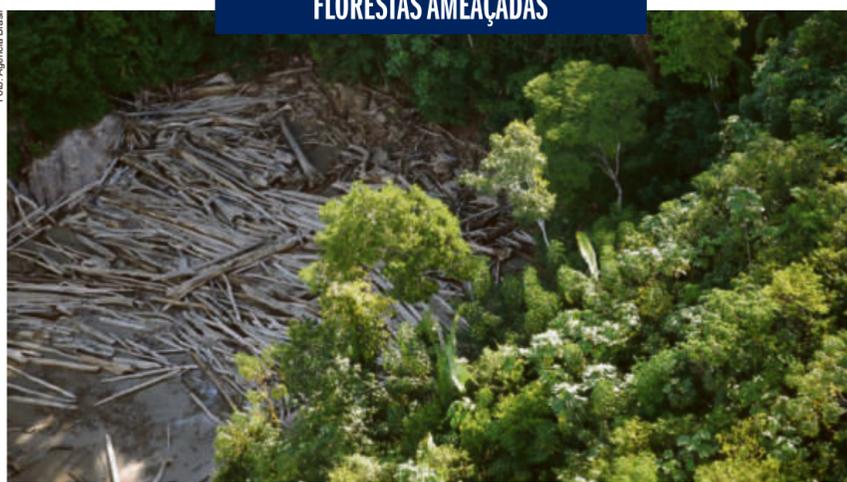
O governador Mauro Mendes (União Brasil), está preocupado que as novas regras da Reforma Fiscal em tramitação no Congresso Nacional causem uma onda de fuga de indústrias e fechamentos de comércios. Durante reunião com o relator da matéria, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e governadores e representantes dos estados do Centro-Oeste, Mendes sugeriu que a implantação das novas regras seja feita de forma “suave” e em médio prazo para dar tempo às indústrias, ao comércio e aos governos estaduais adaptarem-se

ao novo sistema de cobrança de impostos previsto no Arcabouço Fiscal.

“Os números divulgados inicialmente mostram que existem, na proposta inicial, cinco estados super-perdedores. Entre eles estão Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e o Espírito Santo. Então, precisamos minimizar essas grandes perdas e trazer alguns ganhos positivos, mantendo a competitividade de alguns setores importantes das economias dos estados em desenvolvimento”, argumenta o chefe do Executivo Estadual mato-grossense.

[Leia mais na página 5](#)

FLORESTAS AMEAÇADAS



Mato Grosso é o 3º terceiro estado com maior área desmatada ilegalmente em 2022

Raking do MapBiomas mostra que o desmatamento aumentou assustadores 22,3% no ano passado, último ano da gestão de Jair Bolsonaro na presidência do país - Pág. 5

VETOS DERRUBADOS

Deputados discutem alternativas para aprovação da lei do “transporte zero” de pescado em Mato Grosso

Em busca de preservar a espécies nativas e evitar a redução do estoque pesqueiro

Pág. 4



CUIABÁ

Chico 2000 participou da 11ª Semana do Meio Ambiente do Tribunal de contas de MT

Pág. 8

CHARGE DA SEMANA



Marianna Peres
Jornalista

Petrolíferas têm investido na captura de carbono da atmosfera para estocá-lo no subsolo. Na Europa, um consórcio formado por Shell, Equinor e Total planeja armazenar carbono abaixo do Mar do Norte, em antigas áreas de exploração



Despoluição é negócio promissor

Não só a Petrobras é alvo de críticas por querer extrair petróleo numa região ambientalmente sensível como a foz do Amazonas. Há reclamações idênticas em várias partes do mundo, onde a atuação de petrolíferas cria risco de vazamentos e desastres ambientais. Como revelou reportagem do GLOBO, existem 2.095 atividades de produção de petróleo e gás em 835 áreas de proteção, espalhadas por 91 países.

Ambientalistas argumentam que áreas protegidas têm sido rebaixadas ou retiradas da relação de regiões de risco ambiental na atual fase de transição energética, em que as empresas de petróleo buscam repor suas reservas. “À medida que a indústria fica sem óleo fácil, as petrolíferas ampliam para ambientes vulneráveis, incluindo patrimônios mundiais declarados pela Unesco, hábitat de tigres ou territórios com povos indígenas sem contato”, diz Kjell Kuehne, diretor da ONG alemã Lingo.

Na Namíbia, a canadense Reconnaissance Energy atua na bacia hidrográfica do delta do Okavango desde 2021, sob críticas da população e de ambientalistas. Como no Brasil, há conflitos dentro do próprio governo.

Os ministérios da Energia e do Meio Ambiente estão em choque, e o caso está na Justiça, por causa da denúncia de contaminação de rios.

Nos Estados Unidos, o presidente Joe Biden é criticado por ter aprovado a exploração de petróleo no Alasca, apesar de ter prometido na campanha que reduziria o consumo de combustíveis fósseis. Mas, com o mundo no início da transição para energia limpa, o petróleo ainda mantém papel preponderante nas matrizes energéticas.

Em tal cenário, petrolíferas têm investido na captura de carbono da atmosfera para estocá-lo no subsolo. Na Europa, um consórcio formado por Shell, Equinor e Total planeja armazenar carbono abaixo do Mar do Norte, em antigas áreas de exploração.



Foto: Licenciada Adobe Stock

A americana Occidental Petroleum, por meio da subsidiária IPintFive e da startup Carbon Engineering, desenvolve a primeira unidade em escala comercial para capturar carbono no ar. Ela simula o funcionamento das árvores, concentrando o gás. O objetivo inicial é injetá-lo em poços para aumentar a produção de petróleo. O gás pode ainda ser usado em bebidas ou para ajudar no crescimento de plantas em estufas. Quando a unidade industrial conseguir retirar 500 mil toneladas de carbono da atmosfera por ano, em 2025, o gás será retido para ajudar no combate ao aquecimento global.

A Occidental Petroleum planeja construir cem usinas de larga escala até 2035. A maior de todas as petrolíferas, a ExxonMobil, já tem uma “divisão de baixo carbono” e também pretende prestar serviços de descarbonização a grandes poluentes, como siderúrgicas ou fábricas de cimento.

A empresa prevê que a atividade alcançará receita global de US\$ 6 trilhões em 2050.

No Brasil, a Petrobras anunciou que destinará 15% de seus investimentos entre 2024 e 2028 — ou quase R\$ 12 bilhões — a “negócios de baixo carbono” e fontes renováveis. É uma boa notícia. Em

vez de insistir em explorar petróleo nas poucas áreas que restam, a Petrobras também precisa seguir esse caminho. Para mitigar os danos ambientais dos combustíveis fósseis, não basta produzir energia limpa.

Despoluir a atmosfera também promete ser um bom negócio para as empresas que até hoje vivem de petróleo, mas precisam buscar um novo futuro.

Marianna Peres
é jornalista em Cuiabá

EDITORIAL

“Ditadura” na AMM

A eleição para a renovação do comando da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM) virou uma guerra nos bastidores. O atual presidente, Neurilan Fraga, que deixou o cargo de prefeito há mais de oito anos e alterou o estatuto da entidade para se manter no cargo, está em campanha intensa para renovar o mandato. Experiente articulador, Fraga vem criando uma série de dificuldades para o seu adversário, o prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin. Irritando e atraindo pesadas críticas de muitos prefeitos filiados à entidade por conta de suas atitudes consideradas ditatoriais.

O jogo de interesses que cercam o comando da AMM extrapola as pautas municipalistas desde a sua criação no início dos anos de 1990. É uma disputa que envolve dinheiro, poder e visibilidade política que interessa não apenas aos prefeitos em si, mas também assanha a ambição de muitos “caciques” partidários com e sem mandato eletivo. É, pois, compreensível que a Presidência da entidade atraia os mais “espertos” e “poderosos” players da política estadual.

O sinal de que a disputa pela presidência nas eleições que devem ocorrer no mês de outubro deste ano seria o desfecho de uma guerra silenciosa entre grupos rivais na política eleitoral estadual foi dado na renovação do comando do Consórcio de Saúde da Baixada Cuiabana, ainda em dezembro do ano passado.

Na ocasião, Neurilan Fraga acusou preocupação com a interferência de parlamentares estaduais e federais na escolha do presidente do consórcio — um dos mais influentes, pois reúne as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande, maiores colégios eleitorais do estado e atualmente comandadas por grupos políticos não alinhados 100% com o Palácio Paiaguás — o que irritou o prefeito de Jangada, Rogério Meira, que acabou reeleito.

Na ocasião, Meira acusou o golpe e revidou, avisando que Neurilan teria adversário “forte” para acabar com “a ditadura de quem se acha dono da AMM”, numa referência ao fato de Fraga estar no comando da entidade há mais de uma década.

Preocupa a sociedade em geral o fato desse tipo de disputa ocorrer em uma entidade que, em tese, deveria defender exclusivamente as pautas muni-

cipalistas, sem fazer distinção entre partidos, grupos e interesses político-eleitoral dos prefeitos membros da entidade. Isso porque a instrumentalização político-eleitoral e a feudalização de um organismo como a AMM gera desequilíbrios negativos para o desenvolvimento social, econômico e para a administração pública dos municípios, ocasionando insustentáveis prejuízos para a população que, em última instância, sustenta com seus impostos a estrutura organizacional da Associação.

A insistência de Neurilan Fraga em se perpetuar no comando da entidade também é alvo de críticas internas e externa ao movimento municipalista. É fato que, com a mudança no estatuto, promovida por Fraga sob o falso argumento de “profissionalização, modernização e liberdade técnica” da direção da AMM em relação aos interesses sectários de grupos políticos, se constituiu em uma espécie de “golpe branco” nos prefeitos, distorcendo o princípio basilar da legitimidade da representação da categoria.

A reclamação quanto a esta autêntica “chicana” estatutária é legítima, vez que ela desnivelou as disputas pela presidência da entidade, pois que qualquer candidato a presidente que não tenha as incumbências e demandas próprias do exercício do mandato de prefeito leva nítida vantagem sobre os demais desde a disponibilidade de tempo para fazer a “campanha” até a liberdade para buscar apoios e firmar compromissos entre inimigo políticos do adversário.

Hoje, a verdade é que vigora na AMM uma verdadeira “ditadura” de um grupo político hegemônico que tem em Neurilan Fraga - a despeito de sua competência técnica no exercício do cargo - um mero preposto. A renovação de visões, de estilos de gestão e de representatividade é um requisito insubstituível para a legitimação do exercício dos cargos de direção em qualquer instituição.

Tire-se esta condição por quaisquer artifícios, sejam eles jurídicos e ou não, e o que se tem é a ditadura, pura, dura, vergonhosa e lamentável como substituta da verdadeira democracia.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA Thayla Moraes
FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE

CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Comparação chocante

O deputado Wilson Santos (PSD) fez uma comparação chocante e macabra envolvendo o governador Mauro Mendes (UB) e o nazista alemão Adolph Hitler. Em entrevista à um podcast, o deputado comparou proposta do governador de "transporte zero" de pescado com a tentativa de Hitler de exterminar com o povo Judeu. A similaridade, conforme o deputado, estaria no fato da proposta do governador, segundo sua avaliação, pretender extinguir com a profissão dos pescadores profissionais no estado enquanto o ditador alemão pretendia erradicar os judeus do mundo. Santos tem feito forte oposição ao projeto de lei do Executivo Estadual que propõe proibir totalmente a pesca profissional por cinco anos no estado. "Ninguém tem autoridade para dizer 'vou extinguir uma categoria profissional que existe desde antes de Jesus Cristo'. Respeitem o profissional da pesca", cobrou o parlamentar. A comparação feita pelo deputado causou grande mal estar na Assembleia e no Palácio Paiguás. Mauro Mendes, por sua vez, preferiu não alimentar polêmicas e não rebateu as afirmações do parlamentar.

Leituras e resenhas



O ex-deputado estadual, José Geraldo Riva, teve negado mais um pedido de redução de pena por leitura de livros, direito assegurado pela Lei de Execuções Penais e reconhecida pela resolução. A desembargadora Maria Erotides Kneip, rejeitou o recurso especial de Riva em que pediu para que a instância superior analisasse a possibilidade da remição na pena de três anos que ele cumpre após ter fechado acordo de colaboração premiada e entregar esquemas de corrupção instalados na Assembleia Legislativa. No TJ, Riva recorreu para que fosse reconhecida a leitura de 20 obras literárias e as resenhas feitas por ele enquanto cumpre a pena em regime domiciliar. A desembargadora alegou que, por não estar em regime fechado, não ter tido acompanhamento judicial e nem registro de retiradas de livros da biblioteca de alguma unidade prisional, não se poderia reconhecer o direito de Riva com base na Lei 12.433, de 2011.

Condução Coercitiva



O vereador Marcus Brito (PV), relator da CPI dos Consignados na Câmara de Cuiabá, está "tiririca" com secretários dos municípios de Cuiabá que estariam "fugindo" de prestar esclarecimentos Comissão Parlamentar de Inquérito que apura suspeita retenção desvio de destinação dos valores descontados na folha de pagamento de servidores do município. O vereador disse que não hesitará em recorrer à condução coercitiva de Elaine Ferreira Mejnides, Secretária de Gestão, e Antônio Roberto Possas de Carvalho, Secretário de Fazenda caso não compareçam na próxima convocação. O parlamentar lembrou que ao não atender as convocações, os secretários estão cometendo crime de responsabilidade e poderão ser processados pelo MPE. O aviso está dado!

Volta do "trator de esteira"



A volta de Gilberto Figueiredo para o comando da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) no último dia 12 foi comemorada por uns e detestada por outros servidores da pasta. Durante os dois meses em que passou como deputado estadual na Assembleia Legislativa o ritmo de trabalho na SES-MT caiu vertiginosamente, conforme testemunhas. Figueiredo foi substituído pelo adjunto de Atenção e Vigilância à Saúde, Juliano Melo, que não tem a mesma "pegada" na direção de uma das pastas mais sensíveis e exigidas do Governo do Estado. O titular da SES é tido como verdadeiro "trator de esteira" quando se trata de trabalho, cumprimento de metas e organização de equipes.

Título cancelado



O deputado estadual Gilberto Cattani (PL) sofrerá nos próximos dias a sua primeira cassação. É que o vereador por Cuiabá, Luis Cláudio (PP), conseguiu reunir as 17 assinaturas necessárias para cassar o título de Cidadão Cuiabano concedido à Cattani. O deputado vem amargando as consequências de seus discursos misóginos e machistas proferidos contra as mulheres desde que se tornou parlamentar. Cattani pode ainda receber uma severa punição da Assembleia Legislativa na sequência. O parlamento estadual instaurou um processo na Comissão de Ética da casa para avaliar que tipo de punição o deputado irá sofrer por ter ferido o decoro parlamentar. Entre as punições, a mais severa poderá ser a cassação do mandato do bolsonarista, que é um dos virulentos.

MAURÍCIO MUNHOZ - Superintendente Regional do Ministério da Agricultura e Pecuária em MT

“ A agropecuária e a exploração florestal devem ser sustentáveis e estar em equilíbrio com o meio ambiente ”



Considerado um dos mais qualificados pensadores e pesquisadores do desenvolvimento do estado e das suas cadeias produtivas, o sociólogo e mestre em agronegócios Maurício Munhoz vem ocupando cargos estratégicos no poder público de Mato Grosso desde que chegou ao estado, há mais de 25 anos, após passar em um concurso da Secretaria de Fazenda do Estado (Sefaz). Na vida pública, exerceu cargos como o de consultor da Assembleia Legislativa, superintendente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), secretário de Fazenda de Juína, conselheiro da MT Fomento, secretário adjunto de Gestão e Planejamento da Secretaria de Infraestrutura de Mato Grosso (Sinfra) e Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. Agora, foi convidado pelo Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Favaro, à assumir o desafio de reorganizar e modernizar a Superintendência de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (SFA/MT), órgão responsável pela execução da política nacional para a agropecuária e fiscalização da sanidade e qualidade dos produtos do setor no estado. Nesta entrevista exclusiva aos veículos do Grupo Milas de Comunicação, Maurício Munhoz fala sobre os desafios e metas à frente da SFA-MT e também sobre os caminhos do desenvolvimento de Mato Grosso nos próximos anos.

“ Eu vejo que podemos avançar no processo de agroindustrialização e diversificação da nossa economia ”

Da Redação

CO Popular – O convite para assumir a Superintendência de Agricultura e Pecuária em Mato Grosso chegou a ser uma surpresa ou já era esperado?

Superintendente Maurício Munhoz – Não foi uma surpresa. Mas, foi algo diferente das minhas expectativas. Desde que deixei a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, por conta da nossa ligação partidária como membro do PSD, o ministro Carlos Favaro já havia nos chamado para auxiliá-lo no seu trabalho no Ministério da Agricultura. No entanto, não havia nenhum indicativo de que isso se daria aqui mesmo em Mato Grosso. Então, não foi surpresa trabalhar na área da agricultura e pecuária, mas ser convidado a assumir a SFA-MT não era a minha expectativa inicial.

CO Popular – Quais são as metas e os principais desafios da sua gestão na SFA-MT?

Maurício Munhoz – O grande desafio do MAPA é ainda dar condições adequadas para as equipes que trabalham na ponta. Temos uma equipe de excelentes servidores, mas as condições de trabalho ainda são muito limitadas em vários aspectos, principalmente para a realização do trabalho visando a sanidade e defesa animal e vegetal. Hoje, Mato Grosso está livre, por exemplo da febre aftosa, que foi erradicada num trabalho feito em parceria com órgãos do estado como o Indea. Precisamos assegurar que essa erradicação seja permanente. E para isso, é preciso a equipe da SFA-MT tenha garantida condições de realizar plenamente seu trabalho para que não haja surtos ou a ocorrências de epidemias como a gripe aviária, que tem apresentado casos isolados no Pará, que as pragas nas lavouras como a ferrugem asiática se mantenham controladas, que os produtos de origem animal destinados à exportação atendam integralmente as exigências sanitárias. Tudo isso são desafios e metas vamos trabalhar para superar, com certeza.

CO Popular – Para além dessas atividades, digamos, rotineiras da SFA-MT, há algum projeto em que o ministro Carlos Favaro tenha estabelecido foco especial em Mato Grosso?

Maurício Munhoz – Um dos desafios que está posto pelo MAPA para nós em Mato Grosso é a implementação do programa de Inteligência de Safra, que é bem diferente, que vai além de entender os movimentos da cadeia de produção e comercialização da soja e de outras culturas do grande agronegócio, mas que engloba todas as atividades agrícolas em todas as escalas, desde a produção da agricultura de subsistência e familiar até as grandes propriedades agropastoris. Esse é um grande desafio que se soma ao trabalho que teremos pela frente realizaremos na execução do novo BID Pantanal, seguramente, um programa que vai revolucionar as relações entre os setores produtivos da agropecuária nos municípios das bacias do Pantanal mato-grossense e o meio ambiente.

CO Popular – Uma das grandes dificuldades na ponta da atuação da SFA-MT e de outros estados é o déficit de pessoal. O que está sendo feito para resolver esse gargalo nesta nova administração do MAPA?

Maurício Munhoz – O problema da falta de pessoal é realmente grave, especialmente aqui em Mato Grosso. No último concurso realizado, vários dos servidores incorporados à equipe não ficaram no estado, acabaram pedindo transferência para outras regiões do país. Então, temos de fato uma carência grande em todas as áreas, não só nas áreas fins como a fiscalização, mas também na gestão. O ministro Favaro está empenhado pessoalmente em obter o aval do Ministério da Economia para a realização de um concurso no menor espaço de tempo possível para suprir essa carência de servidores. A dificuldade é que estamos trabalhando presos ao orçamento elaborado pelo governo anterior, que não tem margem para a contratação imediata de pessoal. Mas, acreditamos que já para os primeiros meses do ano que vem o concurso poderá ser realizado. Até porque o Governo Federal tem consciência de que o setor agropecuario é fundamental para o equilíbrio da balança comercial e da economia do país e que sem o trabalho de fiscalização e acompanhamento da sanidade animal e vegetal, as exportações ficam seriamente comprometidas, gerando grandes prejuízos à toda a economia.

CO Popular – O mercado externo é o principal consumidor da produção agropastoril e florestal de Mato Grosso e está cada vez mais exigente quanto às questões sanitárias e ambientais. Quais as ações do MAPA para atender esses novos padrões impostos pelo mercado internacional?

Maurício Munhoz – O plano de agricultura de baixo carbono, o ABC Agrícola, é a principal ferramenta que estamos utilizando para orientar e adequar a produção agropastoril e florestal visando os padrões de exigências dos mercados externos e interno também. O mundo entende que a agricultura, a pecuária e a exploração florestal devem ser sustentáveis e estar em equilíbrio com o meio ambiente, produzindo o mínimo impacto nos ecossistemas. O Mapa, inclusive, acaba de lançar um Selo de Qualidade para incentivar as propriedades a adotarem sistemas de baixa produção e de sequestro de carbono. O plano safra 2023/2024 está baseado nas premissas do ABC Agrícola, privilegiado as práticas que visem reduzir a emissão e promover o sequestro de carbono. Essa é uma linguagem que veio para ficar e o governo federal está consciente de que esse é o caminho para a nossa agropecuária que já é uma das mais “verdes” do mundo.

CO Popular – Como você, que tem estudado em profundidade o modelo de desenvolvimento de Mato Grosso e do Brasil, vê as iniciativas do Governo Federal de ampliar ainda mais os mercados internacionais para a produção agrícola do Brasil?

Maurício Munhoz – Mato Grosso e o Brasil, de modo geral, tem sua economia fortemente ancorada na produção primária. Eu entendo que esse não é o melhor caminho, ou não é o caminho mais sustentável no médio e longo prazo. Não podemos nos conformar em sermos apenas uma grande fazenda. Eu vejo que podemos avançar no processo de agroindustrialização e diversificação da nossa economia. Temos exemplos claros de que isso é possível. Sorriso, por exemplo, que é o maior produtor agrícola do mundo, se você analisar a formação do seu Produto Interno Bruto, o PIB, vai ver que a sua economia já não é sustentada na agricultura, mas sim, nos serviços. Primavera do Leste é outro bom exemplo: fez a transição da sua economia da produção agrícola primária para a agroindustrial. Rondonópolis e Lucas do Rio Verde vão pelo mesmo caminho, diversificando sua economia, buscando a agregação de valor pela industrialização dos produtos da agropecuária e mesmo de áreas não ligadas diretamente à produção primária de commodities. Ser produtor de matéria-prima para exportação não garante maturidade econômica ao estado e ao país. É interessante, mas não é sustentável. Então vejo que é preciso acelerar esse processo de amadurecimento das cadeias produtivas e criar condições políticas, tecnológicas e estruturais para Mato Grosso dê esse salto e passe de produtor de commodities a um estado agroindustrial de fato, do mesmo modo que ocorreu em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo.

"PADRINHOS SECRETOS"

Vereadores se revoltam com má qualidade de obras e ameaçam denunciar ao Gaeco construtora que atua em Várzea Grande

Vereadores da Cidade Industrial querem saber quem são os "fortes padrinhos secretos" que garantem atuação de construtora que realiza obras de qualidade duvidosa no município

Da Redação

Responsável pela realização de obras de infraestrutura urbana em vários bairros de Várzea Grande, a Construtora Leão Marcondes poderá ser alvo de investigações do Gaeco. Vereadores do município estão ameaçando denunciar a empreiteira por graves irregularidades e infrações legais na execução dos serviços contratados pela prefeitura do município.

Na semana passada, durante sessão da Câmara de Vereadores, vários parlamentares questionaram a má qualidade das obras e criticaram a "blindagem" que a empresa parece ter por parte de políticos poderosos de Várzea Grande. Vereadores levantaram suspeitas sobre a empresa e se perguntaram sobre quem seria o padrinho - ou padrinhos - da empresa para que ela continue prestando serviços à prefeitura e faturando milhões mesmo fazendo um serviço de baixa qualidade e que tem gerado dúvidas sobre a lisura na execução dos contratos.

Os vereadores denunciaram da tribuna que a empresa tem acumulado milhares de reclamações por parte dos moradores dos bairros onde vem realizando obras devido aos atrasos nos serviços, adiamentos de datas de entregas, má qualidade visível nas obras realizadas e até ao fato dos diretores da construtora ignorarem os pedidos de informações e esclarecimentos dos parlamentares.

"A empresa Leão Marcondes precisa dar uma satisfação para essa casa de leis, é um desrespeito com os pares e os moradores dos bairros. São milhões [pagos pela prefeitura] que foram parar aonde?", questionou o vereador Ivan dos Santos (SD). "Porque não querem explicar o quanto já entrou nos cofres dessa empresa?", completou.



Durante sessão da Câmara de Vereadores, vários parlamentares questionaram a má qualidade das obras e criticaram a "blindagem" que a empresa parece ter por parte de políticos poderosos de Várzea Grande



Itamar Marcondes Neto, dono da Construtora Leão Marcondes, alvo dos vereadores levantaram suspeitas sobre a empresa e se perguntaram sobre quem seria o padrinho - ou padrinhos - da empresa para que ela continue prestando serviços à prefeitura

Santos também lembrou a fala de outros vereadores sobre um suposto apadrinhamento da empresa, que seria o motivo pela qual estaria sendo beneficiada com contratos milionários no município. "Quero pedir ao padrinho, ou padrinhos da Leão Marcondes: vamos amar mais essa Várzea Grande", disse o vereador.

O parlamentar foi interpelado por um colega enquanto discursava: "Mas quem é o padrinho?" Ao que Santos respondeu: "Quem é o padrinho, ou padrinhos, eu não sei. Mas, nós precisamos descobrir que é ou quem são esses padrinhos fortes que protegem essa construtora. Nós precisamos juntar toda papelada e entregar tudo lá no Gaeco e falar: Gaeco toma conta. É justiça, é no pau essa Leão Marcondes, do jeito que está, não tem jeito e não pode ficar", completou o vereador.

A Construtora Leão Marcondes foi constituída em 2013 e até a metade de 2017, colecionou uma longa lista de derrotas e exclusões técnicas em processos de licitações realizadas no município de Várzea Grande. No entanto, há cinco anos, após a assinatura de um contrato para pavimentar as ruas do Bairro Jardim Paula II isso mudou.

Desde então, a empresa começou a ganhar seguidos contratos com o município, alguns em valores milionários. O primeiro contrato, firmado em 2017, alcançou cifras superiores a R\$ 5 milhões após sofrer aditivos. Mais recen-

temente, a Construtora Leão Marcondes celebrou contratos como o obtido no processo de licitação nº 010/2019, por exemplo, no valor de R\$ 1.764.119,45 (Um Milhão, Setecentos e Sessenta e Quatro mil, Cento e Dezenove Reais e Quarenta e Cinco Centavos), para obras nos bairros Cidade de Deus/Eldorado e contrato resultante da Tomada de Preço 011/2020, com o valor global de R\$ 1.895.158,91 (Um Milhão, Oitocentos e Noventa e Cinco Mil, Cento e Cinquenta e Oito Reais e Noventa e Um Centavos) para a realização de obras pavimentação e drenagem no bairro Itororó.

O principal sócio proprietário da Construtora Leão Marcondes é o empresário Itamar Marcondes Neto, que tem participação em outros sete CNPJ's registrados na Receita Federal de Mato Grosso, acumulando um capital social de R\$ 16.715.000,00. O empresário tem ainda outros 21 sócios em outras empresas, como a Aapi Marcondes Empreendimentos Imobiliários LTDA; a Arsilos Armazéns Gerais LTDA; a Enco Engenharia Comércio LTDA e a Maq Serv Máquinas, Terraplenagem, Pavimentação e Serviços LTDA.

Itamar Marcondes Neto é filho do famoso engenheiro civil Itamar Marcondes Filho, que deixou forte marca na infraestrutura da capital do Estado. Em Cuiabá, levam a assinatura do pai do empresário a construções de grandes obras como a duplicação da Avenida Historiador Rubens de Mendonça, (Av. do CPA), do Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá e a canalização do córrego da Avenida Tenente-Coronel Duarte, a Prainha, além de conjuntos habitacionais com mais de 15 mil casas populares, entre outras obras.

Há poucos meses, a Prefeitura de Cuiabá homenageou o Itamar Marcondes, o pai, designando com seu nome a nova avenida, com mais de três quilômetros de extensão com pistas duplas e uma ponte de 30 metros de extensão que liga a Avenida Érico Preca no complexo de condomínios na região do Jardim Itália à Avenida Belvedere no complexo de condomínios do Jardim Imperial.

O Outro Lado

A reportagem do CO Popular tentou localizar o empresário Itamar Marcondes Neto através dos telefones da empresa constante na internet, porém, ninguém atendeu as ligações feitas em horário de expediente. O espaço seguirá aberto para que ele se manifeste a respeito dos questionamentos aventados na reportagem pelos vereadores de Várzea Grande.

VETOS DERRUBADOS

Deputados discutem alternativas para aprovação da lei do "transporte zero" de pescado em Mato Grosso

Em busca de preservar a espécies nativas e evitar a redução do estoque pesqueiro

Da Redação

No dia 31 de maio, o governo estadual de Mato Grosso, apresentou um projeto de lei, que proíbe a pesca predatória durante 5 anos. A proposta foi votada na sessão da sexta-feira (02) de junho na Assembleia Legislativa.

O projeto de lei conhecido como "transporte zero", segundo o governo, tem como objetivo dobrar o turismo de pesca esportiva com previsão de atrair turistas e gerar mais empregos aos mato-grossenses.

Na proposta, o transporte, armazenamento e comercialização do pescado ficarão proibidos a partir de 1º de janeiro de 2024 por um período de cinco anos, o que gerou indignação do segmento pesqueiro.

Durante a primeira votação na sessão legislativa, o Projeto de Lei 1363/2023, mensagem governamental, que acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso. O PL prevê somente a pesca na modalidade "pesque e solte" e as capturas de peixes às margens do rio destinados ao consumo no local ou de subsistência.

Foram 14 votos favoráveis à mensagem do governo, cinco contrários e uma abstenção. Contra a matéria votaram os deputa-

dos, Thiago Silva (MDB), Dr. João (MDB), Lúdio Cabral (PT), Elizeu Nascimento (PL) e Wilson Santos (PSD).

O projeto de lei também prevê proteger os pescadores profissionais, durante sua vigência, com um auxílio pecuniário que tem duração de apenas três anos, contados a partir de 2023, sendo um salário mínimo no primeiro ano, 50% do salário mínimo no segundo ano e 25% do salário mínimo no terceiro ano.

"Se o governo alega que tem os argumentos corretos, ele precisa ter a coragem de submeter esses argumentos ao debate público com a população de todos os municípios que sobrevivem da pesca", argumentou o parlamentar. Lúdio Cabral questionou, ainda, a falta de indicação da fonte orçamentária que irá subsidiar o auxílio proposto no projeto aos pescadores.

Contrário à matéria, o deputado Wilson Santos (PSD) denunciou em plenário que o Governo do Estado utilizou como base para o projeto da pesca, um relatório da Assembleia Legislativa. "Não acredito que o governo tenha utilizado um relatório encomendado pela Assembleia para embasar o projeto. Esse relatório não é um estudo,

não possui dados relevantes, nem técnicos e, nem científico. Esse estudo abordou apenas a bacia do Alto Paraguai. Como vamos fazer uma lei para a pesca sem estudo das diversas bacias do Estado", destacou.

Com isso, na manhã desta última terça-feira (13), a Assembleia Legislativa realizou uma audiência pública para debater com segmentos pesqueiros de Mato Grosso. Pesquisadores e cientistas críticos e favoráveis ao projeto de lei tiveram em cerca de 40 minutos para defenderem seus posicionamentos.

Após ouvir às duas partes interessadas, a Assembleia Legislativa deve que formatar um substitutivo integral ao projeto original do governo. "Do jeito que o projeto chegou à Assembleia não passa. Os deputados entendem que é preciso dar melhores condições aos ribeirinhos, aos pescadores, quilombolas e a todos que precisam do rio para sobreviver", disse o deputado Avallone.

"Vamos criar um observatório para percorrer Mato Grosso e saber como estão as condições sociais e econômicas dos ribeirinhos e pescadores", concluiu o deputado.

Segundo o presidente do Fórum Regional de Turismo do Vale do Araguaia, Emmanuel Freire, disse que o Transporte Zero, é



Na proposta, o transporte, armazenamento e comercialização do pescado ficarão proibidos a partir de 1º de janeiro de 2024 por um período de cinco anos, o que gerou indignação do segmento pesqueiro

uma tendência nacional, e que a proposta do Governo de Mato Grosso se diferencia pela assistência social prevista para os pescadores profissionais e artesanais.

"Esperamos que os Ministérios da Pesca e do Meio Ambiente repliquem a proposta para outros estados do Brasil. Sabemos que são necessárias políticas públicas para preparar e adaptar a população que depende da pesca, e é esse o caminho que o Governo de Mato Grosso está tomando. O Transporte Zero traz o olhar social como diferencial, uma assistência aos pescadores. É um projeto bem-vindo e que deve ser copiado", avaliou.

Um dos representantes dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso, cacique Bartolomeu, da etnia Xavante da Terra Indígena Sangradouro, localizada no município de General Carneiro, contou que o projeto é de suma importância para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal.

"O projeto Transporte Zero beneficiará todos os rios de Mato Grosso. Esse projeto garante a vida dos povos indígenas, dos ribeirinhos e quilombolas que necessitam da pesca dentro do Estado".

REFORMA FISCAL

Mauro Mendes defende transição de 50 anos para mudança na cobrança do ICMS

O governador Mauro Mendes (União) sugeriu regras mais "suaves" para as mudanças desenhadas na reforma tributária, para impedir que ocorram fuga de indústrias e fechamento de comércios e a quebra das finanças dos estados menos populosos como MT

Da Redação

O governador Mauro Mendes (União Brasil), está preocupado que as novas regras da Reforma Fiscal em tramitação no Congresso Nacional causem uma onda de fuga de indústrias e fechamentos de comércios. Durante reunião com o relator da matéria, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e governadores e representantes dos estados do Centro-Oeste, Mendes sugeriu que a implantação das novas regras seja feita de forma "suave" e em médio prazo para dar tempo às indústrias, ao comércio e aos governos estaduais adaptarem-se ao novo sistema de cobrança de impostos previsto no Arcabouço Fiscal.

"Os números divulgados inicialmente mostram que existem, na proposta inicial, cinco estados super-perdedores. Entre eles estão Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e o Espírito Santo. Então, precisamos minimizar essas grandes perdas e trazer alguns ganhos positivos, mantendo a competitividade de alguns setores importantes das economias dos estados em desenvolvimento", argumenta o chefe do Executivo Estadual mato-grossense.

Na avaliação de Mendes, da forma como está sendo desenhada até o momento, a reforma tributária deve trazer uma perda de receita anu-



Para Mauro Mendes (UB) a reforma tributária em tramitação no Congresso deve prever compensações para a indústria e comércio dos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste para que não haja quebra de

al a Mato Grosso na ordem de R\$ 7,8 bilhões, valor que corresponde a aproximadamente 30% de tudo o que o Governo do Estado arrecada. Além disso, o texto também geraria a "fuga" das indústrias instaladas em Mato Grosso, já que a falta de incentivos tornaria mais viável a industrialização nas regiões Sul e Sudeste, que já são desenvolvidas, estão perto dos portos e têm maior competitividade.

Para corrigir esses problemas, o governador propõe que haja compensações por parte do Governo Federal para os setores industrial e comercial instalado nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. "Propusemos crédito presumido de 5% para as indústrias instaladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. São regiões em processo de desenvolvi-

mento e industrialização, em um esforço que o Brasil faz ao longo de 30 anos. Pedimos ao relator para incluir essa proposta no texto, de forma a combater essa desigualdade nesses estados e promover o desenvolvimento regional, que é garantido na Constituição", explicou Mauro Mendes.

Outra preocupação manifestada pelo governador é quanto aos pequenos e médios comerciantes de Mato Grosso e de todo o país, que, pelo texto atual da reforma, seriam ainda mais afetados e "engolidos" pelas grandes plataformas de comércio eletrônico. Nesse caso, o governo de Mato Grosso sugeriu ao relator que seja aplicado o Simples Nacional apenas para a venda de produtos dentro dos próprios estados. Para operações interestaduais, a alíquota

de ICMS será a que for definida no Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS).

Segundo Mauro Mendes, "existe uma distorção que poderá ser acentuada e inviabilizar milhares e milhares de pequenos e médios comércios em todo o Brasil, principalmente nestas regiões. Porque as grandes redes eletrônicas comercializam em nome de centenas de CNPJs que estão no Simples Nacional, o que causa uma distorção tributária, já que as empresas de pequeno e médio porte pagam o imposto cheio, e aí ficam sem condições de competir", criticou.

A proposta do governador também sugere que a transição da cobrança do ICMS - que deve passar a ser feita no local de consumo - ocorra de forma mais "suave" a fim de não penalizar os estados menos populosos, como é o caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Amazonas, Amapá, Roraima, Tocantins, por exemplo. "No caso de Mato Grosso, nós produzimos em larga escala, porém, nossa população é pequena, poucos aís de 3,6 milhões de habitantes, sendo um mercado consumidor muito reduzido. Cobrar o ICMS no local de consumo vai reduzir drasticamente a arrecadação do estado e causar o caos nas finanças públicas", pondera Mauro Mendes.

Para o governador, é preciso que essa mudança se faça no longo prazo. "Essa regra precisa de uma transição de 50 anos, pelo menos, e que ocorra de forma gradativa, a cada ano você vai migrando essa tributação da origem para o destino, começando com 2% ao ano. A nossa proposta é começarmos, nos primeiros 10 anos, com uma migração mais lenta de 0,5% ao ano. E aí vai crescendo gradativamente até a migração completa em 50 anos, para que possamos ter tempo de nos adaptar e possamos encontrar alternativas para manter o desenvolvimento econômico e o emprego", argumentou Mendes.

Além do governador do estado, também participaram da reunião o deputado federal Fábio Garcia (União) e o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo. O relator do projeto da Reforma Tributária não se comprometeu em incorporar as sugestões de Mendes ao seu relatório.

FLORESTAS AMEAÇADAS

Mato Grosso é o 3º terceiro estado com maior área desmatada ilegalmente em 2022

Raking do MapBiomas mostra que o desmatamento aumentou assustadores 22,3% no ano passado, último ano da gestão de Jair Bolsonaro na presidência do país

Da Redação

As áreas desmatadas ilegalmente no Brasil em 2022 totalizaram 2.057.251 hectares, o que corresponde a uma aumento vertiginoso de nada menos que 22,3% em relação ao ano anterior. É o que revelou o mais recente Relatório Anual de Desmatamento (RAD 2022) do MapBiomas, que consolida dados de todo o território nacional e seus biomas. Foram identificados, validados e refinados 76.193 alertas de desmatamentos, a maioria absoluta, ilegais.

Em quatro anos (2019 a 2022), desde que o RAD foi implementado, foram reportados mais de 303 mil eventos de desmatamento totalizando 6,6 milhões de hectares, o que equivale a uma vez e meia a área do estado do Rio de Janeiro.

A Amazônia e o Cerrado juntos respondem por 70,4% dos alertas e 90,1% da área desmatada em 2022. Embora o Cerrado tenha uma participação de apenas 8,3% no número de alertas, a área total desmatada representa quase um terço da vegetação natural suprimida no país (32,1% no ano passado devido ao tamanho das ações predatórias alertadas às autoridades ambientais).

Houve incremento na área desmatada em cinco dos seis biomas brasileiros entre 2021 e 2022, com exceção da Mata Atlântica.

Em termos de área, os maiores aumentos ocorreram na Amazônia (incremento de 190.433 ha) e no Cerrado (incremento de 156.871 ha). Em termos proporcionais, os maio-



Em Mato Grosso, o desmatamento ilegal de 2022 correspondeu a 11,62%, ou a exatos 239.144 hectares da área total atingida pelas ações predatórias sobre as florestas no país

res aumentos ocorreram no Cerrado (31,2%) e no Pampa (27,2%). Do total de eventos de desmatamento em 2022, 62,1% ocorreram na Amazônia, com 1.192.635 ha desmatados (58% da área total desmatada no país).

A Caatinga aparece em seguida, com 18,4% dos alertas e 140.637 ha (6,8% da área), seguida pelo Cerrado com 8,3% dos alertas (32,1% da área) e 659.670 ha. Mesmo com a maior parte da sua área florestal desmatada, restando menos de 29% da sua cobertura florestal, na Mata Atlântica foram desmatados 30.012 ha, o que representa 1,5% da área total desmatada no país.

Apesar de responder pela menor área de alertas (0,2% do total), o Pampa teve um aumento de 27,2% na área desmatada de 2021 para 2022, mas foi a primeira vez que o SAD Pampa foi incorporado ao sistema de monitoramento do MapBiomas. No Pantanal, observou-se uma diminuição no número de alertas validados (-8,9%), mas um aumento de 4,4% na área desmatada entre 2021 e 2022.

LIDERANÇA

O Estado do Pará lidera o ranking do desmatamento, com 22,2% da área desmatada no país (456.702 ha), seguido pelo Amazonas, com 13,33% (274.184 ha). A área desmatada no Amazonas cresceu 37% em relação a 2021, levando o estado a superar o Mato Grosso pelo se-

gundo ano seguido. Em terceiro lugar ficou o Estado de Mato Grosso, com 11,62% da área desmatada (239.144 ha), seguido da Bahia, com 10,94% (225.151 ha).

O estado baiano ultrapassou o Maranhão, que teve 168.446 ha de desmatamento (8,2%). Juntos, estes cinco estados (PA, AM, MT, BA e MA) responderam por dois terços (66%) do desmatamento detectado no Brasil em 2022. Dos 5.570 municípios brasileiros, 3.471 (62%) tiveram pelo menos um evento de desmatamento detectado e validado em 2022.

LARGA ESCALA

Entre os 3.471 municípios que tiveram alertas em 2022, apenas 50 responderam por 52% da área total desmatada no Brasil, sendo que 17 desses municípios estão no estado do Pará e oito no Amazonas.

O município de Lábrea, no Amazonas, com 62.419 ha desmatados, superou a área desmatada do município de Altamira no Pará, campeão de área desmatada nos últimos três relatórios. Considerando os últimos quatro anos, apenas 1426 municípios (25,6%) não tiveram desmatamento detectado.

O desmatamento em 2022 indica que a atividade é executada em larga escala: foram 234,8 ha por hora, ou 5.636 ha por dia, na média - um incremento de 24,3% em relação a 2021. Somen-



Foto: Reprodução

te na Amazônia foram 3.267,5 ha desmatados por dia, ou 136,1 ha por hora. Isso equivale 2,3 ha por minuto e significa que cerca de 21 árvores foram derrubadas a cada segundo.

O Cerrado está em segundo lugar, com 1.807,3 ha por dia, o equivalente a 75,3 ha por hora. O aumento da velocidade foi constatado em todos os biomas, menos na Mata Atlântica, onde se manteve estável. A velocidade média por alerta também teve um incremento em 2022: 0,18 ha/alerta/dia em 2021 passou para 0,20 ha/alerta/dia. Foram detectados e validados, em média, 239 novos eventos de desmatamento por dia em 2022; em 2021 foram 191.

A velocidade média máxima de desmatamento para um único evento de desmatamento foi alcançada no alerta de código 617708, no município de Alto Parnaíba, no Maranhão. Foram 239 ha/dia de Cerrado, permitindo que 1.913 ha fossem desmatados em apenas nove dias, entre 11/06/2022 e 19/06/2022.

Na Amazônia, a maior velocidade média máxima observada foi de 36,3 ha/dia no alerta de código 600321, localizado no município de Novo Aripuanã, no Amazonas. Já no Pantanal, o alerta com maior velocidade média máxima observada foi de 25,5 ha/dia, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. A velocidade pode ser ligada ao alto investimento na atividade: desmatadores têm dinheiro para desmatar nessa velocidade, com maquinário.



A MÚSICA ALEGRA A ALMA



Roberto Carlos em momento especial do show



Roberto Carlos entregando flores ao público momento mais esperado



Primeira dama do estado Virginia Mendes com Idê Guimarães no show do Rei



Idê Guimarães leva presente especial para o Rei Roberto



Idê Guimarães com Carlina Rabello Leite



Idê Guimarães e seu companheiro Junior aguardando o início do show



Mariza Bazo e Sueli Batista prestigiando o show de Roberto Carlos

REGIONAL

Governo assina implantação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas em MT

O Termo de Colaboração será assinado com o Instituto de Arte e Cidadania do Ceará (IAC), que fará o gerenciamento do programa em Mato Grosso

Da Redação

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), assinou, na última sexta-feira (16), termo de colaboração para implantação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado de Mato Grosso (Provita-MT). A solenidade foi realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça de Mato Grosso.

O Termo de Colaboração foi assinado com o Instituto de Arte e Cidadania do Ceará (IAC), que fará o gerenciamento do programa em Mato Grosso, assim como já realizado no estado do Ceará. O Ministério Público do Estado, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemu-

nhas e Colaboradores (CAO – Vítimas), é parceiro da iniciativa.

Na abertura do evento contou com a participação da secretária da Setasc, Grasi Bugalho, do procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça Túlio Dualibi Alves de Souza, e da presidente do Instituto de Arte e Cidadania do Ceará, Monalice Araújo Batista.

Após a abertura oficial, o coordenador-geral do Provita no estado do Ceará, Carlos Mourão, fará uma palestra com o tema “Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas: uma Política Pública a ser compreendida e efetivada pelas instituições que compõem o Condel (Conselho Delibe-

rativo do Programa de Proteção às Testemunhas Ameaçadas)”, tendo como mediador o secretário adjunto de Direitos Humanos da Setasc, Kennedy Marques Dias.

Em seguida, haverá a assinatura do Termo de Colaboração e o encerramento do evento.

Provita

O Provita visa garantir a integridade física e psicológica, com assistência psicossocial e jurídica para vítimas, testemunhas e familiares que se encontrem sob ameaça em virtude de colaboração com investigações ou processos criminais, ou que tenham presenciado crimes e estejam sob coação ou exposição a graves ameaças e necessitem de pro-



O Termo de Colaboração foi assinado com o Instituto de Arte e Cidadania do Ceará (IAC), que fará o gerenciamento do programa em Mato Grosso, assim como já realizado no estado do Ceará

teção a fim de resguardar a vida e de seus familiares.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas está amparado pela Lei Federal nº 9.807/1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas,

e está regulamentado pelo Decreto nº 1.266 de 25 de janeiro de 2022.

O Provita está sob a responsabilidade da Setasc, que criou, dentro da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos, o Núcleo Estadual dos Programas de Proteção (NEPP), que coordena em parceria com o conselho deliberativo as ações para a efetivação do programa.

SAÚDE E BEM-ESTAR

Especialista do MT Saúde orienta sobre os cuidados com a voz

Otorrinolaringologista Henrique Leão, credenciado ao MT Saúde, dá dicas para prevenir problemas nas cordas vocais, uma das principais causas de afastamento dos professores de suas funções

Da Redação

A voz é uma importante ferramenta de comunicação do corpo humano que revela diversas características individuais. Ao ouvir uma voz identificamos e reconhecemos uma pessoa, suas emoções, temos impressões sobre a sua personalidade, intenção e até a imaginamos fisicamente.

Considerada “o tato à distância”, a voz manifesta sinais e sintomas que favorecem o diagnóstico precoce de doenças, como o câncer de laringe que pode comprometer a qualidade de vida e a própria sobrevivência do paciente, orienta o médico otorrinolaringologista Henrique Leão Guedes, credenciado ao plano MT Saúde pela Clínica Vida Diagnóstico e Saúde, em Várzea Grande.

“Os seres humanos vocalizam desde o nascimento, com o choro. Esse mecanismo de produção da voz ocorre pelo ar expiratório, que ao passar pela laringe aproxima e faz vibrar as pregas vocais. Ao longo da vida, a voz se modifica naturalmente, pois acontecem mudanças na frequência fundamental, que é o número de vibrações por segundo que as pregas vocais vibram”, explica o médico.

A voz é produzida na laringe pela vibração das cordas vocais. Essa vibração acontece por meio do ar que vem do pulmão, e o som produzido é moldado pela garganta, nariz, e boca. Quando a voz fica rouca, é sinal de que algo não está bem. Algumas causas são quadros de gripe ou o refluxo do conteúdo do estômago.

No entanto, a rouquidão também pode estar relacionada com excessos vocais, seja gritando, fa-



Henrique Leão Guedes, credenciado ao plano MT Saúde pela Clínica Vida Diagnóstico e Saúde, em Várzea Grande

lando em alta intensidade em locais com muito ruído ou por muito tempo sem dar tempo para o repouso vocal.

Cuidados com a voz

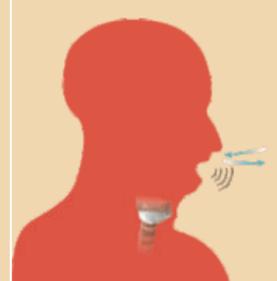
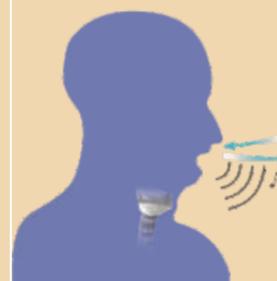
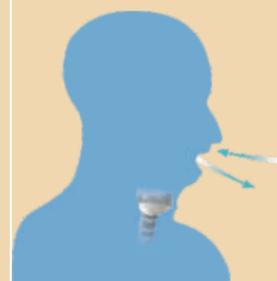
Uma das principais causas de afastamento dos professores de

suas funções é decorrente ao esforço exercido pelas cordas vocais. É importante estar atento aos sinais, como dores, necessidade de pigarrear e rouquidão frequente que persiste por mais de duas semanas. A avaliação médica é fundamental.

PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DA VOZ

Com a orientação do médico especialista Henrique Leão, o MT Saúde reuniu 10 principais recomendações para a preservação da saúde da voz:

- 1 - Evite tossir ou pigarrear em excesso, pois este hábito promove atrito entre as pregas vocais;
- 2 - Evite gritar ou falar por tempo prolongado. O mesmo vale para ambientes ruidosos;
- 3 - Beba água em temperatura ambiente ao longo do dia, em pequenos goles, principalmente ao permanecer por muito tempo em ambientes com ar condicionado;
- 4 - Evite bebidas alcoólicas - elas atuam como anestésicos, reduzindo a sensibilidade, favorecendo forçar mais a voz sem perceber;
- 5 - Evite uso de pastilhas, sprays e drops, pois também atuam como anestésicos para a voz;
- 6 - Coma maçã com frequência, pois essa fruta tem propriedades adstringentes que agem limpando a boca e faringe;
- 7 - Não fume, pois a fumaça é altamente irritante para a mucosa do aparelho fonador, especialmente para as pregas vocais;
- 8 - Não consuma café ou chá preto em excesso, pois estes alimentos possuem muita cafeína, ressecando o trato vocal;
- 9 - Faça repouso vocal durante os intervalos no trabalho e após uso intensivo da voz.
- 10 - Se perceber algo diferente na sua voz, não hesite em procurar um especialista.



SEM MEDO DE ARRISCAR

Aos 54 anos chefe de cozinha batalha para reabrir o seu restaurante

Lucas Leite
 Da Redação

Todo cidadão busca por uma comida boa, aonde vem àquela explosão de sabores na boca, que te traz boas lembranças e o principal, que te deixar satisfeita. Sem medo de se arriscar, a chefe de cozinha, Eliane Luísa Dias de Carvalho, aos 54 anos, buscar trazer novamente para a sociedade o seu próprio restaurante.

Durante a pandemia, muitos microempresários sofreram e tiveram que fechar os seus estabelecimentos, um levantamento divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que 75 mil estabelecimentos comerciais com vínculos empregatícios fecharam as portas no Brasil em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19. As micro e pequenas empresas responderam por 98,8% dos pontos comerciais fechados. Todas as unidades da federação registraram saldos negativos. Com Eliane não foi diferente, teve que fechar as portas de seu comércio.

Eliane que se encontrou na gastronomia desde criança através de sua avó materna veio se tornando cada vez mais apaixonada pela gastronomia. “Vi-me apaixonada pela cozinha desde a infância, fui criada pela minha avó materna, Deolinda, que cozinhava muito bem, sua comida era simples, mas rica em detalhes e com muito capricho, e isso me encantava”.

Com toda essa paixão avassaladora, a chefe de cozinha começou a se especializar ainda mais, e em busca de novas técnicas e sabores. Onde foi para Paris estudar na escola Le Cordon Bleu Paris, uma escola francesa que foi criada em 1578. De acordo com a história, o grupo ficou conhecido por seus banquetes extravagantes e luxuosos, conhecidos, como “cordon bleu”. Enquanto esses jantares foram abolidos pela Revolução Francesa, o nome perma-



Eliane que se encontrou na gastronomia desde criança através de sua avó materna veio se tornando cada vez mais apaixonada pela gastronomia

neceu sinônimo de excelente comida. Outra teoria diz que fita azul tornou-se sinônimo de excelência, sendo mais tarde aplicada em outros campos, como a culinária.

“Quando fui para Paris estudar, eu já tinha minhas duas filhas, e a saudade me consumiam todos os dias, mas sempre pensava que tudo seria para o bem delas e para o meu profissional. Na época, na escola, éramos apenas 5 brasileiros, e foi bem difícil, mas valeu muito apenas investir esses dois anos de muito conhecimento”, contou Eliane.

Eliane ainda relembrou um pouco da sua trajetória com a equipe de reportagem da Revista Camalote, um dos seus pratos que mais te traz orgulho e a chefe de cozinha lembrou-se de quando trabalhava no Chez Babette em Cuiabá e no Brie Restô em São Paulo, e em ambos, o prato em homenagem a sua avó.

“É uma variedade de pratos, mas o que tenho mais orgulho é o Camarão Deolinda,



que criei em homenagem a minha avó Deolinda. Quando eu trabalhava no Chez Babette e no Brie Restô, o prato que mais os clientes pediam era o Pato Confit, era uma loucura como o pessoal era apaixonado nesse prato”, afirmou.

A Chef revelou ainda que reabrirá o Brie Restô no próximo ano, em 2024, após fechá-lo na pandemia. “É um dos meus projetos para 2024, estou muito ansiosa para isso, mas tenho que me organizar tudo certo para que isso venha acontecer. Mas, por enquanto só irei abrir em São Paulo, em Cuiabá ainda não sei quando isso irá acontecer novamente”, afirmou.

Enquanto Eliane não reabre seu restaurante, ela vem atendendo jantares na casa das pessoas, para um número pequeno de convidados. “No máximo 12 pessoas, pois, meus pratos são muito elaborados e exige muito capricho”, disse.



Serviço:

Instagram: @chefelianecarvalho e @chefelianecarvalho2
 Telefone: (65) 992008383

CUIABÁ

Chico 2000 participou da 11ª Semana do Meio Ambiente do Tribunal de Contas de MT

O objetivo é proporcionar conhecimento aos servidores e colaboradores acerca dos temas que envolvam meio ambiente e cidadania, desenvolver a construção de atitudes de preservação com o desenvolvimento sustentável

Da Redação

O chefe do Legislativo Cuiabano, Chico 2000 (PL) marcou presença na última terça-feira (06), na programação que abriu a “11ª Semana do Meio Ambiente” do Tribunal de Contas de Mato Grosso, que reúne educação ambiental, distribuição de mudas nativas e feira de artesanato com foco na reciclagem e reaproveitamento. Chico 2000, afirmou ser uma satisfação participar deste evento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, TCE, parabenizou a ação, e afirmou que mais uma vez o tribunal saiu na frente.

Desenvolvida pela Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CPMAS), em parceria com a Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas, por meio do Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT), a ação busca estimular a cultura da preservação e do desenvolvimento sustentável.

“É uma satisfação muito grande estar aqui neste evento. Mais uma vez o Tribunal de contas saindo na frente, tratando de um tema extremamente importante, porque quando se fala de Meio Ambiente, de cuidados com ele, se tem cuidados com a vida, de vida com mais qualidade de vida, e se fala de saúde. Parabenizo toda a casa de forma coletiva”.

A abertura aconteceu na recepção do Edifício Marechal Rondon, com fala do presidente da CPMAS, conselheiro Sérgio Ricardo e, na sequência, foi realizadas atividades de educação ambiental, promovidas pelo Batalhão de Polícia Militar e Proteção Ambiental, observação e



O viés educativo da semana do meio ambiente faz toda a diferença, afirma Sérgio Ricardo, já que é um problema de todos

interação com animais do bioma amazônico e do Pantanal, distribuição de mudas nativas e frutíferas e de publicações da Comissão, bem como coleta de mensagens para Cápsula do Tempo 2050, lançada durante o II Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas: Desenvolvimento e Sustentabilidade.

O viés educativo da semana do meio ambiente faz toda a diferença, afirma Sérgio Ricardo, já que é um problema de todos.

“Hoje não têm jeito, todo dia nós temos que falar de meio ambiente. Aqui a gente tem a presença de todos os agentes públicos, estamos aqui com o Secretário de Meio Ambiente, Conselheiro do Tribunal. Temos aqui a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Cuiabá, que também é um homem preocupado com meio ambiente, assim como todos os vereadores. Nós não podemos dizer que a questão é de responsabilidade dos outros, do governo, dos políticos. Não, é de todo mundo.”

A programação incluiu ainda feira de artesanatos com material de reaproveitamento, dicas de produção de alimentos com sobras, de compostagem e de como montar horta em espaço reduzido, exposição de discos de vinil, de vitrola e de livros antigos, troca de sacola retornável por material reciclado, feira orgânica, dentre outros.



NO TRÂNSITO,
 FAÇA A ESCOLHA CERTA:
 SE BEBER,
 NÃO DIRIJA.

Use o cinto de segurança,
 e respeite a sinalização e o
 limite de velocidade. Quem
 dirige tem suas escolhas.
 E também consequências.

